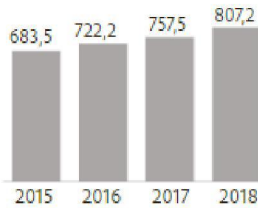


FOLHA DE S.PAULO

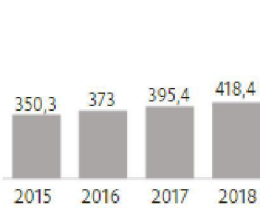


Estados tentam compensar contenção do investimento público

A **receita corrente** cresceu 18% em três anos



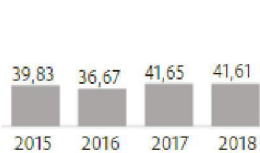
O **gasto com pessoal** avançou 19%



O **custo para cobrir o déficit previdenciário** aumentou 37%



Os **investimentos** evoluíram apenas 4%, abaixo da inflação do período



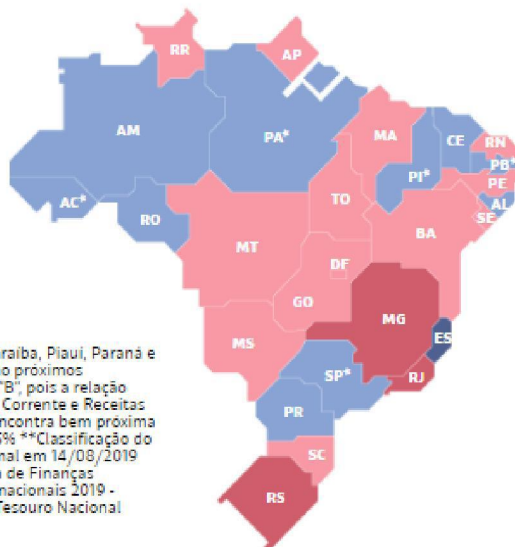
Capacidade de pagamento dos estados**

11 Estados possuem nota de capacidade de pagamento A ou B, o que permite receber garantia da União para novos empréstimos

Capacidade de pagamento dos estados**

11 Estados possuem nota de capacidade de pagamento A ou B, o que permite receber garantia da União para novos empréstimos

■ Nota A ■ Nota B ■ Nota C ■ Nota D



*Acre, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná e São Paulo estão próximos de perder seu "B", pois a relação entre Despesa Corrente e Receitas Correntes se encontra bem próxima do limite de 95% **Classificação do Tesouro Nacional em 14/08/2019
Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019 - Secretaria do Tesouro Nacional



Estados decidem ajuste para viabilizar compra de gás da Bolívia, mas SP é contra a medida

Conselho de secretários de Fazenda discute novo modelo nesta sexta; mudança passa a ser necessária agora que a Petrobrás vai deixar de ser dominante no segmento

Anne Warth, O Estado de S.Paulo

27 de setembro de 2019 | 07h58

BRASÍLIA - O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) vai discutir nesta sexta-feira, 27, um ajuste tributário necessário para viabilizar a compra de gás da **Bolívia** por outros comercializadores. O conselho, formado pelos secretários de **Fazenda** de todos os Estados do **País**, precisa decidir se vai adiar ou abrir mão da implementação de um sistema eletrônico para acompanhar os contratos de gás. [LEIA TAMBÉM > Entenda como funciona o mercado de gás no Brasil](#)

O assunto está na pauta do **Confaz**, que se reúne às 9 horas no Recife. São Paulo, segundo apurou o Estadão/Broadcast, atua contra a medida.



Gasodutos Foto: André Valentim/Agência Petrobras

No ano passado, o conselho aprovou a desvinculação do fluxo físico do gás que passa por gasodutos e o substituiu pelo fluxo contratual. Essa mudança traz impactos para a cobrança de **ICMS** pelos Estados, pois a transportadora, em vez de apresentar o “trajeto” físico do gás entre o produtor e o cliente, disponibiliza pontos de entrada e saída da injeção do produto.

A mudança na sistemática foi proposta porque o gás é um bem fungível e não há como assegurar que a molécula de gás que saiu da Bolívia chegará a uma indústria no **Rio de Janeiro**. Para o comprador, a origem física do gás é indiferente, desde que o compromisso de entrega seja cumprido. Essa flexibilização também permite que os produtores façam estratégias comerciais que tragam mais eficiência às suas operações. O modelo anterior só funcionava porque a **Petrobrás** era a única carregadora (que contrata o transporte) e emitia apenas um documento fiscal, com informações sobre a origem e o destino do gás a partir de simulações. Agora que a Petrobrás vai deixar de ser dominante no segmento e novas empresas poderão contratar o transporte e comercializar o gás, é preciso mudar o modelo.

Para que as mudanças tributárias tenham eficácia, os Estados se comprometeram a implantar um sistema de controle eletrônico que faria a averiguação dos contratos de compra e venda de gás. Esse sistema, cuja responsabilidade de implantação coube a São Paulo, deveria estar pronto em janeiro, mas ainda não entrou em vigor.

Em ofício enviado ao presidente substituto do Confaz e secretário especial de Fazenda do **Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior**, obtido pelo **Estadão/Broadcast**, a secretária executiva do **Ministério de Minas e Energia**, Marisete Pereira, alerta que São Paulo pode atuar contra a aprovação do ajuste, com o uso de recursos regimentais, apenas para postergar as discussões. O ofício destaca que o Estado tem interesse em um investimento da Cosan, dona da Comgás, que resultaria na verticalização do suprimento de gás e daria ao grupo uma posição dominante no mercado, como a da Petrobrás.

“A aprovação da revisão do Ajuste SINIEF pode comprometer o plano de negócio da Cosan, ao permitir que os consumidores livres tenham acesso a um mercado competitivo de gás natural, nos termos do Novo Mercado de Gás. Assim, o Estado pode trabalhar para a não aprovação do Ajuste SINIEF, utilizando-se apenas dos recursos regimentais do Confaz, por exemplo, o pedido de vistas que postergará as discussões. São Paulo, ressalte-se, é relevante para a chamada pública do Gasbol, por ser um ponto que faz interconexão entre as malhas da TBG (Gasbol) e da NTS (Sudeste)”, diz o ofício.

Agora, o Confaz deve decidir se vai adiar a entrada do sistema ou se vai substituí-lo por alguma outra forma de acompanhamento – algo fundamental para permitir que grandes consumidores possam comprar o gás da Bolívia. O novo modelo é base da chamada pública para compra do gás boliviano, para a qual 13 empresas demonstraram interesse – a etapa vinculante de ofertas começa nesta sexta. A expectativa é que a tarifa de transporte do gás caia entre 10% e 30% em relação aos valores atuais.

A adequação tributária para o modelo de entrada e saída também faz parte do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) firmado entre a Petrobrás e o Cade. Caso não seja implementado, o acordo pode ser suspenso, o que inviabilizaria o “choque da energia barata” prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em carta enviada ao governo, o Fórum do Gás Natural, formado por 16 associações empresariais, pede que o Confaz aprove mudanças que permitam a emissão de duas notas fiscais – uma na origem e outra no destino definidos nos termos dos contratos de compra e venda. Isso dispensaria a necessidade de um sistema eletrônico, avalia o fórum.

A carta é assinada pelo coordenador-geral do Fórum, Paulo Pedrosa, também presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), e pelo presidente do Conselho de Administração da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasodutos (ATGás), Ricardo de Azambuja Pinto. Também apoiam a mudança a Abraceel (comercializadores de energia), Abal (alumínio), Anfacer e Aspacer (cerâmica), Abividro (vidro), Abiclor (cloro), Apine (produtores independentes de energia), Abiquim (química), Anace (consumidores de energia) e Cogen (cogeração de energia).

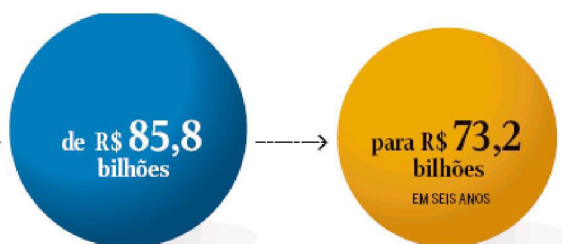
A reportagem procurou os ministérios da Economia e de Minas e Energia e o governo de São Paulo, mas não obteve retorno.

Rio propõe revisão do plano fiscal

Estado propõe tirar R\$ 12 bi do acordo

A PROPOSTA DO RIO

Com as mudanças no acordo com a União, o estado quer reduzir o impacto das medidas



EXCLUSÕES (EM R\$ BILHÕES)

Participações especiais do gás natural

1,07

Previsão até 2020

Situação
A Agência Nacional do Petróleo revisou a metodologia de cálculo das participações e entende que, por isso, cessaram as condições para que valores permanecessem no plano

Venda da dívida ativa

1,07

Previsão em 2017 e 2018

Situação
Não foi realizada

Redução do quadro de pessoal de estatais

0,645

Previsão em 2019 e 2020

Situação
O Conselho de Supervisão não recebeu informações

Redução do gasto anual de outras despesas correntes

1,9

Previsão até julho de 2019

Situação
O estado cumpriu a meta, mas os técnicos ressaltam que os gastos podem voltar a subir

Liquidação de precatórios

13

Dez. de 2018

O estado registrou um aumento de **R\$ 13 bilhões** no saldo de precatórios, e o Conselho de Recuperação Fiscal solicitou um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ALGUMAS DAS NOVAS MEDIDAS, que vão gerar um total de **R\$ 26,07 bilhões**

- Fortalecimento da gestão da Lei Anticorrupção (LAC) e dos acordos de leniência

- Aprimoramento do Portal de Transparência do governo estadual

- Locação de Imóveis

- Desvinculação de receitas dos fundos estaduais

- Realocação de royalties de petróleo

Dois anos depois de assinar um plano de metas para receber ajuda da União, o governo estadual enviou ao Ministério da Fazenda um pedido para excluir cinco medidas e revisar outras dez firmadas no Regime de Recuperação Fiscal, além incluir dez novas. A decisão foi tomada porque o Palácio Guanabara vem descumprindo muitas das ações previstas. Com essa mudança, o impacto do ajuste será menor: passará dos R\$ 85,8 bilhões previstos inicialmente para R\$ 73,24 bilhões até 2023. Uma das novas fontes de arrecadação indicadas pelo Rio são os acordos de leniência, que tentam recuperar dinheiro desviado dos cofres públicos em casos de corrupção.

— Na verdade, a proposta original não era realista, o que já ficou provado nos dois primeiros anos — disse o secretário estadual de Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho.

O novo pacote depende de autorização do governo federal. Procurado, o Ministério da Fazenda não quis se pronunciar sobre a proposta. Das 26 medidas homologadas em setembro de 2017, o estado pede a revisão de dez, que continuam no acordo, mas com novas projeções

financeiras. Os valores, no entanto, não foram revelados. Apenas uma das propostas iniciais (a reforma das pensões) foi mantida. Três delas ainda estão em análise, e seis foram cumpridas ou incorporadas à estrutura orçamentária do governo.

O estado também já está pleiteando a renovação por mais três anos do Regime de Recuperação Fiscal, que vai até setembro do ano que vem.

“Se não renovar o regime, o estado quebra. Não vejo interesse político, nem econômico nessa saída. O efeito seria para todo o país” _ Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, secretário estadual de Fazenda

“Reduzir as projeções é uma certeza de que o estado terá problemas lá na frente, numa estratégia de postergar o problema”

_ André Luiz Marques, economista, coordenador de programas de gestão e políticas públicas do Insper

“As metas foram estabelecidas por projeções, e há vários fatores ao longo do tempo que colaboram para que permaneçam ou não viáveis” _ Raul Velloso, economista

Rodrigues de Carvalho afirmou que o Rio não tem condições de voltar a pagar a dívida com a União — que está suspensa, pois é um dos benefícios do ajuste — no ano que vem. O acumulado chegará a R\$ 3,3 bilhões em 2020.

— Se não renovar o regime, o estado quebra. Não vejo interesse político, nem econômico nessa saída. O efeito seria para todo o país —disse o secretário.

Sobre o dinheiro dos acordos de leniência, Rodrigues de Carvalho disse que levou em consideração apenas os processos já em andamento, mas não informou quanto espera receber, até porque a liberação desses recursos depende da Justiça. As dez novas medidas enviadas ao governo federal teriam um impacto no caixa de R\$ 26,07 bilhões até 2023. Entre elas, estão o aprimoramento do Portal de Transparência do governo estadual, a locação de imóveis, o fortalecimento do sistema de comprovação anual de vidados servidores e a redução das despesas operacionais.

O secretário disse que os pedidos de exclusão foram baseados em decisões técnicas. Uma das medidas que o estado não quer ter como compromisso é a redução de pessoal das estatais. Segundo o governo, os programas de demissão voluntária envolveriam novas operações de crédito para quitar as rescisões. Já a venda da dívida ativa foi excluída porque, na alegação do Executivo, o retorno financeiro seria baixo e não surgiram interessados na compra.

A venda da Cedae, prevista no ajuste original, é uma lacuna no pedido de revisão. O secretário espera a votação no Congresso do novo marco regulatório do setor. Só então, o estado pretende fechar o modelo de desestatização da empresa, que foi dada como contragarantia de um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões tomado pelo estado no fim de 2017.

O estado tem um prazo apertado para receber a resposta da União sobre a proposta de revisão. É que o Conselho de Supervisão, órgão ligado ao Ministério da Fazenda que acompanha o cumprimento do plano, determinou que o Rio apresente até o próximo dia 3 uma compensação financeira para o aumento de despesa gerado com o plano de cargos da Uerj. Caso contrário, o estado corre o risco de ser excluído do acordo. Rodrigues de Carvalho explicou que hoje trabalha com duas alternativas: reduzir despesas — de preferência na própria universidade — ou entrar comum a ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que criou o plano.

— Foi sancionada uma lei que aumenta despesas num ambiente em que o estado estava vedado crescer seus gastos com pessoal—disse o secretário. —Ainda não calculamos o impacto financeiro desse novo plano de cargos.

ESPECIALISTAS DIVERGEM

O economista André Luiz Marques, coordenador de programas de gestão e políticas públicas do Insper, criticou a proposta. Segundo ele, a economia de R\$ 85,8 bilhões já era insuficiente para reequilibrar as contas. Com a queda, ele avalia que a estratégia será “empurrar o problema com a barriga”.

— Reduzir as projeções é uma certeza de que o estado terá problemas lá na frente, numa estratégia de postergar o problema. O acordo que já era ruim e vai ficar pior se a União concordar com essa proposta.

Por sua vez, o economista Raul Velloso diz que a queda de pouco mais de 10% é razoável:

—Em um plano como esse, é natural revisões periódicas. Uma das variáveis em que é possível interferir é justamente no prazo do pagamento das dívidas. As metas foram estabelecidas por projeções, e há vários fatores ao longo do tempo que colaboram para que permaneçam ou não viáveis.

Ação judicial proporá veto à regressividade do regime fiscal

Ideia é que sistema leve em conta princípios constitucionais

Por **Maria Cristina Fernandes** — De Ipojuca (PE)

27/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas



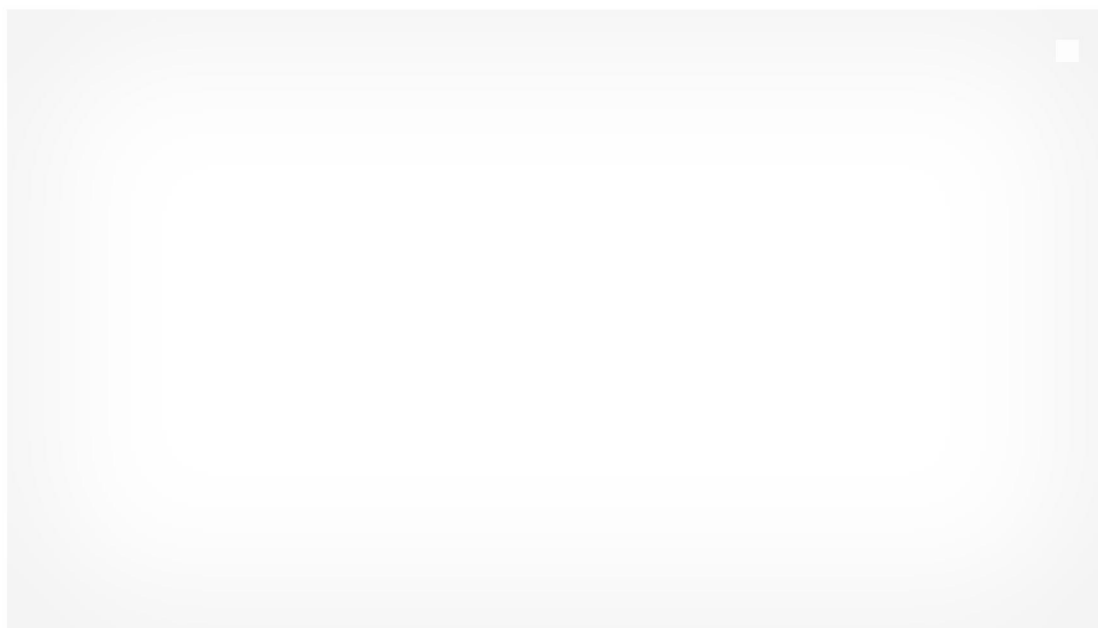
Eloísa Machado: disposição para levar às últimas instâncias a ação judicial para que reforma incorpore princípios apregoados pela Constituição Federal — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

O Judiciário será convocado a meter sua colher na progressividade fiscal durante a tramitação da reforma tributária. Está em curso uma arguição de descumprimento

de preceito fundamental (ADPF) a ser apresentada junto ao Supremo Tribunal Federal para evitar que os projetos discutidos no Congresso imponham mais regressividade ao sistema.

A ADPF é baseada no artigo 3 da Constituição, que estabelece como objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais e regionais.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Quem capitaneia a arguição é Eloísa Machado, da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP), com o apoio da Oxfam e da federação nacional dos auditores fiscais dos Estados, a Fenafisco. A disposição da professora da FGV de levar às últimas instâncias a ação judicial pode ser medida pelo habeas corpus de sua autoria que, acolhido pelo STF em 2018, já pôs em liberdade mais de 6 mil presidiárias grávidas.

Com a ADPF, propostas como a apresentada pela Fenafisco em conjunto com outras entidades como a Oxfam, de Oded Grajew, ganhariam peso no Congresso. Suas sugestões passam pela elevação do imposto de renda de pessoas física e jurídica, taxação de dividendos, imposto sobre grandes fortunas, revisão das renúncias fiscais e endurecimento penal contra a sonegação. A proposta já foi incorporada a uma emenda a ser apresentada por seis partidos (PSB, PT, PDT, PCdoB, Psol e Rede) e às reivindicações dos governadores do Nordeste sobre o tema.

As duas principais propostas em tramitação no Congresso, formuladas pelo economista Bernard Appy (Câmara) e pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly (Senado), focam a unificação dos tributos federais, estaduais e municipais. Apesar das desavenças federativas e setoriais que subsistem, há um consenso inédito não apenas em torno da medida mas também na convicção de que a melhor eficiência do sistema terminará por elevar a carga tributária, inclusive sobre itens de consumo básico. Vem daí a pressão para que as mudanças na tributação sobre a renda e a propriedade venham acopladas à simplificação.

Como não há, na jurisprudência, ações semelhantes sobre o tema, fica difícil saber como se comportaria o Supremo. O que há de mais próximo é uma ADPF pela inconstitucionalidade do sistema prisional. Mais ambiciosa do que proposições semelhantes, na Argentina e na Colômbia, pelo pedido para que os juízes não mais pudessem determinar prisões provisórias, a arguição teve efetividade limitada.

A ADPF sobre a questão tributária, para sua principal formuladora, não corre esse risco. “A reforma tributária é uma discussão política. Não cabe ao Judiciário elaborá-la, mas, sim, garantir a efetividade da norma constitucional”, diz Eloísa Machado, que apresentou ontem, em encontro da Fenafisco em Ipojuca (PE), a proposta em gestação.

O discurso a ser encampado invade a fundamentação da lei do teto de gastos. “Um município não pode ser obrigado a fechar um hospital para cumprir regras fiscais”, diz o presidente da Fenafisco, Charles Alcântara.

Não há no Supremo uma jurisprudência firmada sobre a progressividade fiscal, mas a corte já acolheu a constitucionalidade de propostas como o IPTU progressivo adotado em muitas cidades do país. Entre os formuladores da ADPF, há ainda a expectativa de que o apoio da opinião pública à ideia de uma maior justiça fiscal poderia levar o Supremo a deslocar seu desgastado ativismo no combate à corrupção para a garantia de uma maior efetividade social das normas tributárias.

O pesquisador do Ipea Rodrigo Orair, também presente ao encontro, calcula que uma alíquota homogênea de um imposto unificado ficaria em torno de 27%, patamar alto para o padrão da OCDE, só alcançado pela Hungria de Viktor Orbán. Ainda que a implantação seja diluída no tempo, sua impopularidade seria inevitável.

Para Orair, uma alternativa para mitigá-la seria a ampliação da base de incidência do Imposto de Renda, não apenas pelo fim das deduções com educação e saúde, como quer o governo, mas também pela cobrança do tributo sobre dividendos e sobre verbas indenizatórias como aquelas recebidas pelo Judiciário e outras instâncias do funcionalismo. No seu cálculo, esta ampliação poderia garantir uma redução para até 23% da alíquota do imposto unificado.

Uma outra maneira de compensar os efeitos dessa alíquota tão elevada seria com uma transferência direta de renda para os mais pobres, como um acréscimo ao Bolsa Família. Seria uma alternativa que beneficiaria mais facilmente os mais pobres do que o reembolso de imposto via apresentação de notas fiscais de consumo, medida já adotada em muitos Estados e municípios para coibir sonegação.

As alternativas técnicas para minorar o impacto político sobre os mais pobres estão mais amadurecidas do que aquelas que viriam em socorro da classe média. É consenso, por exemplo, que os serviços serão mais onerados, por exemplo, do que a indústria. Entre esses serviços, estão desde grandes escritórios de advocacia, que estão na linha de frente dos lobbies influentes na reforma, até escolas e planos de saúde. Repassada às mensalidades, a oneração cairia no colo da classe média, que já pode vir a arcar com o fim das deduções de saúde e educação no Imposto de Renda.

Se concluída até o fim do governo Jair Bolsonaro, uma reforma tributária nesses moldes teria, pelo menos, duas consequências políticas. Uma é a possibilidade de o tema ser mais facilmente apropriado pelos candidatos à sucessão.

Com as três estacas da base da tributação mais claramente definidas, consumo, renda e propriedade, ficará mais fácil para o eleitor julgar um candidato pelas alíquotas propostas para cada uma delas. A parêntese europeia do presidente Bolsonaro, Viktor Orbán, por exemplo, derrubou o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas para 8% (o do Brasil é 34%), tem o maior Imposto sobre Valor Agregado do mundo (27%) e uma única alíquota de Imposto de Renda, para pobres e ricos, de 15%.

A outra consequência política de uma maior clareza no sistema tributário é que, com a possibilidade de os segmentos mais facilmente mobilizáveis, na classe média,

virem a ser os mais atingidos, a sucessão presidencial tende a transcorrer, literalmente, para as ruas.

A repórter viajou a convite da Fenafisco

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o seguro de carro mais barato do Brasil

CARROSSEGURO.ONLINE

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela

R\$ 79,99 - ZATTINI.COM.BR

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

Mais do Valor Econômico

Informalidade no mercado de trabalho bate recorde no país, aponta IBGE

No trimestre até agosto, o trabalho informal foi responsável por 87,1% das novas ocupações

Guedes faz acordo para acelerar tributária

Ideia é criar uma comissão mista para analisar a reforma nas duas Casas

Por Marcelo Ribeiro, Lu Aiko Otta, Edna Simão e Raphael Di Cunto — De Brasília

27/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ambiciosa

A agenda econômica de Guedes

Proposta	O que é	Situação
■ PEC da Regra de Ouro (PEC 438/18)	Autoriza medidas para conter gastos, como corte em jornada e salário do funcionalismo	Na CCJ da Câmara desde 2018, ainda sem parecer. Governo deve mandar PEC própria
■ Plano Mansueto (PLP 149/19)	Permite que Estados tomem empréstimos com aval da União, em troca de ajuste fiscal	Aguarda Maia determinar a instalação de comissão especial desde julho
■ Autonomia do BC (PLP 112/2019)	Dá autonomia técnica, operacional administrativa ao Banco Central	Será votado direto no plenário. Projetos sobre o mesmo tema tramitam desde 1989
■ Reforma tributária	Simplifica o sistema tributário	Proposta deve seguir na semana que vem
■ Reforma administrativa	Acaba com estabilidade do servidor e redesenha progressão na carreira	Proposta ainda não encaminhada
■ Privatização da Eletrobras	Autoriza desestatização pela pulverização do capital	Proposta ainda não encaminhada

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e a cúpula do Congresso Nacional avançaram na ideia de criar uma comissão mista para analisar a reforma tributária, com o objetivo de acelerar a tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) nas duas Casas. As negociações envolvem colocar o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da proposta no Senado, para presidir o colegiado, enquanto o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma na Câmara, repetiria a função na comissão mista.

“Ficou definida a criação de uma comissão mista para construir um texto em conjunto e evitar um bate-cabeça entre as duas Casas”, disse uma fonte que participou do encontro. Essa comissão não terá poder de fazer a reforma tramitar

pelo Congresso. Seria mais um ato político, para colocar senadores e deputados na mesma mesa de negociações, mas após isso a nova versão do texto teria que tramitar normalmente pela Câmara e Senado.

PUBLICIDADE

O colegiado ainda enfrenta resistências, como do presidente da comissão da Câmara, deputado Hildo Rocha (MDB-MA) - que, na comissão mista, perderia função. “Essa comissão não serve para nada, não tem como decidir”, disse o emedebista. Já o relator do Senado destaca que o colegiado “tecnicamente não teria valor nenhum”, mas politicamente poderia ser a saída.

Guedes prometeu enviar na próxima semana sua proposta para a reforma tributária. É possível que siga para o Legislativo apenas uma parte das mudanças pretendidas pelo governo: a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dos tributos federais, a começar pelo PIS-Cofins.

O restante da reforma ainda está em estudos. A “faxina” nas deduções e a redução das alíquotas do Imposto de Renda não ficaram prontas. Além disso, a desoneração da folha salarial ficou em suspenso depois que o governo abandonou a ideia de criar um tributo sobre transações.

No Ministério da Economia, avalia-se que a simplificação do PIS-Cofins já terá um impacto muito importante sobre o cotidiano das empresas. A legislação desses tributos tem 2.000 páginas e não há, nem na Receita Federal, um especialista que domine totalmente esse emaranhado de regras. O IVA federal deve acoplar-se à versão da reforma que está em tramitação na Câmara, que cria o mesmo tributo nos níveis estadual e municipal.

A reforma tributária é um dos seis itens da agenda legislativa acertada por Guedes com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), na noite de quarta-feira, quando ficou decidido também a promulgação de parte da PEC da cessão onerosa, para viabilizar o leilão do pré-sal em novembro. Dos seis itens, três ainda nem têm proposta do governo no Congresso: as reformas tributária, administrativa e a privatização da Eletrobras.

Além desses itens, também foram discutidos a autonomia para o Banco Central, a PEC da Regra de Ouro e o plano de ajuste fiscal dos Estados, batizado de “Plano Mansueto”. Os três estão na Câmara, mas com divergências que têm impedido o avanço. No entorno de Maia, o pacote é considerado excessivamente ambicioso e que, no curto prazo, apenas a conclusão da análise da cessão onerosa, com a distribuição dos recursos para Estados e municípios, tem chances de ser concluída, acreditam os técnicos.

Questionado sobre a viabilidade da votação de toda a agenda, Maia foi lacônico. “Vamos ver. Tem de esperar”, disse ao **Valor**.

A reforma administrativa, que entre outras medidas deve reduzir os salários de ingresso no funcionalismo público e propor o fim da estabilidade, ainda está nos escalões técnicos do Ministério da Economia. Ainda falta a validação da proposta pelo ministro e pelo Planalto antes de seguir para o Congresso.

O governo tem pronto projeto de lei para privatização da Eletrobras, que depende de aval do Congresso, mas aguarda o melhor timing político para enviá-lo. A proposta encontra dificuldades no Legislativo. Alcolumbre já declarou que há grandes resistências de parlamentares do Norte e do Nordeste, entre os quais ele próprio se incluiu. Para diminuir as resistências, discutiu-se na reunião replicar o modelo de comissão mista com deputados e senadores para este projeto e o plano Mansueto.

O ministro também avisou na reunião que deve mandar uma PEC própria, na próxima semana, para a PEC da Regra de Ouro, que cria gatilhos para o governo cortar despesas e não cometer um crime fiscal (que pode causar até um impeachment do presidente). O deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) já tem proposta nesse sentido, que tramita desde 2018, mas ela padece do mesmo mal da reforma tributária: ciúme.

Os senadores acham que a PEC exagera o protagonismo da Câmara na agenda econômica. Pedro Paulo contou que reuniu-se com Alcolumbre para explicar que a proposta é diferente do pacto federativo que, pelo acordo entre Maia e Alcolumbre, tramitará primeiro no Senado. A PEC resolve uma situação no curto prazo, enquanto o pacto é mais abrangente, disse o autor. O governo sinalizou que enviaria ao Senado, mas, por conta do impasse, ainda não há certeza sobre isso. **(Colaborou Estevão Taiar).**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

LINK PATROCINADO

Sandália Vizzano

R\$ 79,99 - ZATTINI.COM.BR

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A10 32GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.2"...

R\$ 639,01 - AMERICANAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

O sapatênis ideal para o seu dia a dia. Aproveite e compre agora com segurança.

ZENITTI

Mais do Valor **Econômico**

Reforma tributária na era da revolução digital

A crítica é em relação à preocupação obsoleta do legislador em tributar apenas e tão somente mercadorias e serviços

Por Dimas Siloé Tafelli e Talita Ritz Santana

27/09/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

A necessidade de uma reforma tributária em nosso país é notória, o atual sistema apresenta configuração desconexa e principalmente disfuncional, ante os incontáveis remendos sofridos desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, tornando-se complexo e demandando horas de trabalho das empresas para cumprirem com suas obrigações acessórias necessárias à apuração dos tributos a serem pagos.

Frente ao anseio geral de reestruturação do sistema tributário nacional, o tema novamente ganhou força nas casas parlamentares, acompanhando o momento de disrupção das estruturas presentes em prol da recuperação da economia.

A crítica é em relação à preocupação obsoleta do legislador em tributar apenas e tão somente mercadorias e serviços

Neste momento existem três propostas em discussão, cujo ponto de convergência é a simplificação da cobrança com a unificação dos tributos, utilizando como paradigma internacional o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), criado em 1949, alicerçado em uma economia baseada em cadeias produtivas.

A PEC 45/2019, apresentada pelo líder do MDB, Baleia Rossi (MDB-SP), baseia-se no projeto do economista Bernard Appy e unifica IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS em um único tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

No Senado, o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP) apresentou a PEC 110/2019, que cria um IBS de competência estadual resultante de nove tributos: IPI, IOF, CSLL, PIS/ Pasep, Cofins, Cide combustíveis, salário-educação, ICMS e ISS e um Imposto Seletivo, de competência Federal, que incidirá sobre itens como petróleo e derivados; combustíveis e lubrificantes; cigarros; energia elétrica e serviços de telecomunicações.

Já o governo federal estuda apresentar um texto que unifica tributos federais (PIS, Cofins, IPI, uma parte do IOF e talvez a CSLL), para cobrar o Imposto único Federal, com alíquota de 15%. A proposta também vai acabar com a contribuição ao INSS que as empresas pagam atualmente sobre a folha de pagamentos. Em substituição, duas opções estão à mesa: a criação de um imposto sobre todos os meios de pagamento (a exemplo da CPMF) ou um aumento adicional na alíquota do imposto único.

Contudo, a grande crítica que se faz é em relação à preocupação obsoleta do legislador em tributar apenas e tão somente mercadorias e serviços, sendo que as novas tecnologias direcionam a economia a uma nova fonte de receita, que já movimentam enormes cifras e vem sendo objeto de estudos em muitos países. Referimo-nos à informação digital.

Quando os dados on-line de um determinado usuário são coletados, armazenados, disponibilizados às gigantes empresas de inteligência artificiais para traçar o perfil no ambiente off-line, torna-se matéria-prima para uma indústria que movimenta trilhões de dólares por ano, conforme revelações da empresa Cambridge Analytica, no processo instaurado contra ela para apurar violação de dados para conduzir estratégias em processos eleitorais. Dentre as consultorias de maior repercussão cita-se a de Donald Trump quando candidato à presidência dos Estados Unidos.

O novo seguimento não pode ser comparado a nenhuma outra atividade existente e evidentemente gera desafios ao fenômeno da tributação, visto que não há conceitos predefinidos nos demais sistemas normativos que justifiquem a existência de hipóteses de incidência tributária no atual sistema, tão pouco nos projetos do que seria o “novo” arcabouço jurídico.

As novas tecnologias e forma como são monetizadas os diversos modos de utilização dos dados digitais, rompem as barreiras pré-existentes de exigir do contribuinte a geração de valor e, como se observa, os legisladores não se ocuparam em resolver a problemática, sendo necessário destacar que não se tratam de informações cedidas onerosamente, pelo contrário, muitas vezes o usuário sequer imagina que os dados estão sendo coletados e serão efetivamente utilizados.

Quanto à responsabilização e proteção da utilização indevida sem o livre e expresso consentimento destes dados, está em vacatio legis a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018), que entrará em vigor em agosto de 2020, mas, no entanto, não trata da questão tributária.

Alguns estudos apontam a instituição de tributo incidente sobre o robô desenvolvido para mineração e armazenagem das informações, utilizando alíquotas progressivas de acordo com a capacidade de capturar dados, definidos em segundos, minutos ou horas.

Contudo, os desafios estão longe de serem esgotados em um único estudo, pois ainda deverá ser levado em conta a capacidade de organização e integração dos dados coletados por cada ferramenta, como delimitar o critério espacial do tributo, discussão de tratados para evitar dupla tributação e o conceito de lucro, dentro dos parâmetros contábeis, dessas empresas chamadas “mineradoras”.

Muitas perguntas, ainda sem respostas, mas é evidente que o tema deve ser observado com acurada atenção, principalmente se considerarmos as cifras envolvidas e a quantidade de atores nesta relação, além do seu respectivo impacto socioeconômico.

Dimas Siloé Tafelli e Talita Fernanda Ritz Santana são, respectivamente, mestre em ciências aplicadas pela Universidade de São Paulo, especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e sócio no escritório Freitas Martinho Advogados; especialista em Direito Tributário pelo IBET e associada no mesmo escritório.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o seguro de carro mais barato do Brasil

CARROSSEGURO.ONLINE

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

RJ quer rever regime de recuperação

Para atual administração, medidas acertadas com o governo federal em 2017 não são “realistas”

Por Rodrigo Carro — Do Rio

27/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas





Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho: “Medidas de 2017 não eram realistas” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Estado do Rio de Janeiro propôs ao Ministério da Economia uma revisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) que diminui em R\$ 12,6 bilhões a melhoria nas contas estaduais prevista no acordo assinado em 2017. Com base nas medidas acordadas com a União, o impacto estimado pelo governo fluminense - resultante do aumento de receita e da redução de despesas - é de R\$ 73,2 bilhões, ante um total anterior de R\$ 85,8 bilhões.

“Aquelas medidas propostas em 2017 não eram realistas, não tinham o alcance a que elas se propunham”, afirmou ontem o secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, em entrevista coletiva na sede da pasta.

Como exemplo, ele citou a meta estipulada no plano de recuperação de zerar os restos a pagar (despesas assumidas, mas não quitadas até 31 de dezembro) no ano passado. Na verdade, o governo fluminense terminou 2018 sem pagar cerca de R\$ 18 bilhões a seus fornecedores.

Em análise pelo conselho de supervisão do RRF, a proposta do Estado do Rio exclui medidas que deveriam produzir - conforme os cálculos iniciais - uma melhoria de R\$ 38,5 bilhões nas contas estaduais entre 2017 e 2023.

“Por que [foram] excluídas? Ou porque não entendíamos que elas eram factíveis ou porque estavam fora da governabilidade [alcance] do Estado do Rio de Janeiro”, justificou Carvalho. Na lista, estão as tentativas do governo fluminense de ampliar suas receitas oriundas das participações especiais cobradas sobre a produção de gás natural e de securitizar sua dívida ativa.

As medidas excluídas foram substituídas por outras com impacto financeiro previsto de R\$ 26,1 bilhões. A diferença entre as novas iniciativas propostas e aquelas que o Rio quer retirar do plano de recuperação fiscal é de R\$ 12,6 bilhões. Carvalho reconheceu que essa diminuição prejudica o esforço de equilibrar as contas estaduais dentro do RRF, mas destaca que a revisão produzirá uma meta mais “exequível” para o período que vai até 2023.

Entre as novas medidas propostas, estão a desvinculação de receitas do Tesouro estadual, a redução de despesas operacionais e a geração de receitas a partir da locação de imóveis pertencentes ao Estado.

Uma das principais reivindicações da Fazenda fluminense ao Ministério da Economia é a de que o Estado só volte a pagar a dívida com a União a partir de setembro de 2023. Os pagamentos estão suspensos como parte do RRF, mas deverão ser retomados gradualmente a partir do próximo ano. A extensão do prazo até 2023 dependeria de alteração na Lei Complementar nº 159, a qual instituiu o Regime de Recuperação Fiscal.

A Fazenda fluminense calcula que a suspensão do pagamento do serviço da dívida com o governo federal resultaria numa economia de R\$ 31 bilhões ao longo de seis anos. Os recursos extras permitiriam ao Estado do Rio zerar seus restos a pagar em 2023. Sem a carência ampliada, o Estado teria de desembolsar R\$ 14 bilhões para quitação de dívidas com a União já em 2022 e terminaria o ano seguinte com um estoque de R\$ 26,3 bilhões em restos a pagar.

Carvalho confirmou que o governo estadual já pleiteia a extensão do RRF até 2023 - o primeiro período de três anos termina no próximo ano. “Não há, de nenhuma forma, a hipótese de sairmos do regime [de Recuperação Fiscal]”, afirmou ele, logo no início da entrevista. “O impacto da eventual saída do Estado do Regime de Recuperação Fiscal não é algo que seja suportável pelas nossas condições financeiras.”

O relatório mais recente do conselho de supervisão do RRF, referente ao mês de julho, aponta uma violação aos termos do acordo que poderia, em tese, resultar na exclusão do Estado do Rio de Janeiro do regime de recuperação. Trata-se da falta de informação sobre como o governo fluminense planeja compensar financeiramente o pacote de reestruturação de carreiras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O plano de cargos foi sancionado em dezembro do ano passado pelo então governador em exercício Francisco Dornelles.

O governo fluminense tem até 3 de outubro para justificar como pretende contrabalançar o aumento de gastos resultante do plano de cargos da Uerj. De acordo com Carvalho, o Estado poderá questionar na Justiça a constitucionalidade da lei ou oferecer uma medida de contenção de despesa que compense os efeitos do pacote de reestruturação de carreiras.

Pela ótica da ampliação de receita, está prevista para hoje a sanção de um decreto que altera a sistemática de tributação das importações feitas pelo Estado do Rio. O ICMS não será mais cobrado no momento do desembaraço aduaneiro. Vai ser pago

apenas quando o produto for posteriormente destinado ao mercado. Combustíveis e produtos químicos não estarão sujeitos à nova regra.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Sandália Bebecê

R\$ 99,99 - ZATTINI.COM.BR

LINK PATROCINADO

O sapatênis ideal para o seu dia a dia. Aproveite e compre agora com segurança.

ZENITTI

Mais do Valor Econômico

Informalidade no mercado de trabalho bate recorde no país, aponta IBGE

No trimestre até agosto, o trabalho informal foi responsável por 87,1% das novas ocupações

Secretário do ES prevê base maior depois da reforma


Para Rogelio Pegoretti, faltam estudos que consigam dar mais segurança para apontar se haverá ganhos ou perdas com as mudanças previstas

Por Rodrigo Carro — Do Rio

27/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

Estimar perdas ou ganhos de arrecadação para os Estados apenas com base na possível cobrança de um imposto sobre valor agregado no destino, e não na origem - conforme previsto nas propostas de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado -, é uma “análise rasa”, na avaliação do secretário da Fazenda do Espírito Santo, Rogelio Pegoretti.

Análise preliminar da Fazenda capixaba apenas com base balança comercial do Espírito Santo com outros Estados indica uma tendência de perda de receita com o chamado “princípio do destino”, segundo o qual toda a arrecadação do imposto passa para a unidade da federação onde a mercadoria é consumida. O Espírito Santo consome menos produtos e serviços do que produz, ao contrário do Rio de Janeiro, por exemplo, que é um Estado “importador”.



“Essas análises não estão levando em consideração o aumento da base tributária”, argumenta Pegoretti citando o caso das passagens aéreas e da locação de veículos. Ambos os serviços não pagam ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nem ISS (Imposto Sobre Serviços). As lavanderias - exemplifica ele - recolhem atualmente tributos federais e mais o ISS (municipal).

Para o secretário, ainda faltam estudos que consigam dar mais segurança para apontar se haverá ganhos ou perdas com as mudanças previstas nas propostas de reforma tributária.

Tanto a proposta que está na Câmara (baseada em trabalho do economista Bernard Appy) como a outra que tramita no Senado preveem o fim do Imposto Sobre Serviços. O ISS seria integrado ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que funcionaria como um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Ainda com relação à proposta que tramita na Câmara, Pegoretti se mostra contrário à concentração da arrecadação de Estados e municípios no caixa da União. “Não temos segurança em entregar nossa arrecadação nas mãos da União”, afirma. “Estamos muito escaldados pelo fato de a União não cumprir com as suas obrigações”, acrescenta o secretário capixaba. Como exemplos, ele cita a Lei Kandir e o Simples Nacional.

Aprovada em 1996, a Lei Kandir estabeleceu a isenção do pagamento de ICMS sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação. As perdas dos Estados em decorrência da lei acabaram não sendo integralmente compensadas pela União. Já no caso do Simples Nacional, há insatisfação com a dominância da União no conselho criado para gerir os recursos provenientes desse regime tributário, justifica Pegoretti.

Ele defende a proposta do Consefaz (Consórcio Nacional de Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação) de criar também um comitê gestor integrado por

representantes de Estados e municípios para decidir sobre a gestão do IVA. “Vamos precisar de medidas de compensação que atenuem as perdas que os Estados terão [com a reforma tributária]”, diz.

Prevista em ambas as propostas de reforma tributária, a extinção dos incentivos fiscais contribuiria para ampliar a arrecadação estadual, sustenta Pegoretti, uma vez que as isenções contribuem para diminuir a arrecadação tributária.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O sapatênis ideal para o seu dia a dia. Aproveite e compre agora com segurança.

ZENITTI

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela

R\$ 79,99 - ZATTINI.COM.BR

LINK PATROCINADO

3 pares de sapato social mais carteira, por apenas R\$199,90. Venha conferir

CALÇADOS GB

Mais do Valor **Econômico**

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 26/09/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Dívida pública cresce 2,03%, e ultrapassa os R\$ 4 trilhões

De acordo com o Tesouro, a alta aconteceu por causa da emissão líquida, no valor de R\$ 39 bi

Vera Batista

postado em 26/09/2019 14:59



Dívida pública cresce(foto: Maurenilson Freire/CB/D.A Press)

O estoque da dívida pública federal (DPF) encerrou o mês de agosto em R\$ 4,074,18 trilhões. O valor representa uma alta de 2,03%, em relação a julho, quando o saldo total da dívida ficou em R\$ 3,993 trilhões, de acordo com dados do relatório mensal da dívida, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia. Apenas a dívida interna (DPMFi) teve o estoque ampliado em 1,74%, ao passar de R\$ 3.846 bilhões para R\$ 3.913 bilhões, de julho para agosto. Já a dívida externa saltou 9,55% no período, para R\$ 160,97 bilhões (US\$ 38,87 bilhões).

Em relação à **dívida interna**, de acordo com o Tesouro, a alta aconteceu devido à emissão líquida, no valor de R\$ 39,94 bilhões e à apropriação positiva de juros, no valor de R\$ 27,02 bilhões. Com relação à **dívida externa**, dos R\$ 160,97 bilhões, R\$ 146,31 bilhões (US\$ 25,35 bilhões) se referem à dívida mobiliária e R\$ 14,56 bilhões (US\$ 3,52 bilhões) são relativos à dívida contratual. A dívida pública é emitida pelo **Tesouro Nacional** para cobrir despesas que superam a arrecadação com impostos, contribuições e outras receitas, e financiar o déficit orçamentário do governo.

Os fundos de previdência continuam sendo os principais detentores da dívida pública, embora tenham reduzido a participação, em agosto para 24,16% do total (de R\$ 998,51 bilhões para R\$ 945,31 bilhões). Por outro lado, as instituições financeiras aumentaram seu estoque em 22,93%, para R\$ 897,43 bilhões. O resultado de agosto, pelos dados do Tesouro, já se aproxima do intervalo estabelecido como meta pelo governo federal, que estimou o valor de R\$ 4,1 a R\$ 4,3 trilhões de dívida para 2019.

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 26/09/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Governo quer incentivar economia por meio do dinheiro privado

De acordo com o presidente do Banco Central, Campos Neto, a melhor forma de contribuir é mantendo a inflação baixa

_Anna Russi _Claudia Dianni

postado em 26/09/2019 14:52 / atualizado em 26/09/2019 18:04



Governo quer incentivar economia com dinheiro privado(foto: Fernando Lopes/CB/D.A Press)

De acordo com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, o governo está tentando estimular o crescimento com dinheiro privado e, no modelo de política econômica liberal do atual, o papel do Banco Central é contribuir para a troca da **dívida pública** pela **dívida privada**. “O crescimento agora é mais lento, mas de qualidade superior. Essa recuperação, com as reformas, vai ser mais sustentável”.

Campos Neto deu em entrevista coletiva depois da divulgação do relatório trimestral de inflação, que divulgou novas previsões do BC para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro subiu de 0,8% para 0,9% em 2019. Nos últimos dois anos o crescimento econômico se manteve em 1,1%, após retração em 2015 e 2016.

Para as projeções da inflação de 2019, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a instituição fez revisão de 3,6% para 3,3%, com base no cenário em que a taxa de juros e de câmbio seguem as expectativas do mercado financeiro, divulgadas pelo boletim semanal **Focus**.

Na avaliação dele, a melhor forma de contribuir para o crescimento é manter a inflação baixa. “Nossa missão é manter a credibilidade, que é o canal mais importante. O crescimento tem quantidade e qualidade. No passado foi mais impulsionado pelo dinheiro público, mas foi o que chamamos de vôo de galinha e o resultado foi a alocação ineficiente na economia e o crescimento foi interrompido”, disse.

O presidente do BC acrescentou que com as incertezas no cenário externo, há chances de imprevistos. No entanto, ele afirmou que o “cenário central é benigno” e que o risco não afetou a avaliação das três dimensões consideradas pelo Banco Central para decidir sobre política monetária: reformas, cenário externo e potencial de crescimento da economia.

Para ele, houve avanços com a reforma da Previdência, mas destacou que a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) se refere às reformas econômicas, de um modo geral, o que inclui as microeconômicas. Como exemplo, ele citou a medida provisória liberdade econômica, o novo marco legal do saneamento, o choque de gás e o programa de abertura comercial que o governo tenta implementar.

“Estamos em um movimento de abrir a economia. Há várias coisas acontecendo ao mesmo tempo. O programa de economia de venda de ativos tem gerado expectativas positivas. Não é papel do BC qualificar ou fazer previsões, mas acompanhar a influência dessas reformas e achamos que é importante elas continuarem”, disse.

Tensão externa

Campos Neto também fez referência à instabilidade comercial internacional, causada, sobretudo, pelas tensões entre a China e os Estados Unidos, embora não tenha citado a guerra comercial entre os dois países. “A tensão comercial vem mudando. Primeiro achávamos que os países aumentariam as tarifas, mas o mundo entendeu que isso significaria um crescimento mais baixo”, disse. No entanto, ele ressaltou que as empresas estão realocando as fábricas para atender as novas tarifas de comércio, o que significa crescimento mais baixo por um tempo mais prolongado

Ainda segundo o presidente do BC, há uma nova onda de ajuste de crescimento para baixo e questionamentos sobre a capacidade de os bancos centrais mundiais reverter o processo, caso se intensifique. “Os grandes bancos fizeram uma atualização de crescimento para baixo (Banco Central Europeu, China e Estados Unidos). O mundo emergente também faz revisão para baixo e, em grande parte dos países, há cenário de corte de juros. Esse processo vem causando acúmulo de dívida”, disse.

Ele destacou que há mais de US\$ 15 trilhões na economia mundial e, com juros baixos, e até negativos, há uma preocupação de que, em algum momento, possa haver uma saída desorganizada desses investimentos financeiros. “Pode haver um questionamento se vale a pena ter crédito com taxas tão baixa”, ponderou.

Veículo: Metro1	
Data: 26/09/2019	Caderno: Economia



Economia

Pela primeira vez Dívida Pública Federal ultrapassa R\$ 4 trilhões

Apesar da alta, a DPF continua abaixo do mínimo previsto pela equipe econômica



Foto: Pixabay

Por **Kamille Martinho** no dia 26 de Setembro de 2019 · 18:40

A Dívida Pública Federal (DPF) ultrapassou a barreira de R\$ 4 trilhões pela primeira vez na história. O indicador, que inclui o endividamento interno e externo, subiu 2,03% em termos nominais, passando de R\$ 3,993 trilhões em julho para R\$ 4,074 trilhões em agosto. Os dados foram divulgados hoje (26) pelo Tesouro Nacional.

Apesar da alta, a DPF continua abaixo do mínimo previsto pela equipe econômica. Segundo o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública, divulgado em janeiro pelo Tesouro, a tendência é que a DPF [encerre o ano entre](#) R\$ 4,1 trilhões e R\$ 4,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) Interna (DPMFi), em circulação no mercado nacional, subiu 1,74%, passando de R\$ 3,846 trilhões para R\$ 3,913 trilhões. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 39,94 bilhões a mais do que resgatou, principalmente em títulos corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia) e em títulos vinculados à inflação. O estoque também subiu por causa da apropriação de juros, que somou R\$ 27,02 bilhões.

ANÁLISE

BC vê economia crescendo o dobro em 2020 e novo corte de juros

MARCELA AYRES, REUTERS

O Banco Central estimou ontem que a economia brasileira irá crescer 0,9% este ano e o dobro em 2020 e reiterou que segue vendo espaço para novo afrouxamento nos juros básicos neste cenário.

Em seu Relatório Trimestral de Inflação, o BC melhorou ligeiramente sua projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em relação à taxa de 0,8% estimada antes e previu que a expansão será de 1,8% em 2020.

Em comparação, economistas consultados pelo BC na mais recente pesquisa Focus veem elevação de 0,87% para o PIB neste ano,

mas são mais otimistas quanto ao desempenho do ano que vem, com crescimento esperado de 2,00%.

Segundo o BC, a perspectiva para 2020, que divulgou pela primeira vez, está envolta em "elevado grau de incerteza" e está também condicionada à continuidade das reformas e ajustes na economia.

Pelo lado da oferta, o desempenho deverá ser puxado pela agropecuária, com crescimento esperado de 2,6% no ano que vem, sobre 1,8% em 2019. O BC também vê recuperação expressiva na indústria, com elevação de 2,2% em 2020, ante apenas 0,1% neste ano. Para as atividades de serviços, a expectativa é de avanço de 1,4% em 2020,

contra 1,0% neste ano.

"A projeção para o setor secundário repercute expectativa de desempenho favorável de todos os setores, com destaque para a indústria extrativa, refletindo previsão de aumento da produção de petróleo e de continuidade da recuperação da produção de minério de ferro", disse o BC.

Já pelo lado da demanda, o BC vê aceleração no consumo das famílias, com alta de 2,2% em 2020 sobre 1,6% neste ano, e na formação bruta de capital fixo — linha ligada aos investimentos das empresas —, que deverá subir 2,9% em 2020, ante 2,6% neste ano.

Já o consumo do governo deve ir para o campo positivo, com alta de 0,5% em

2020, ante retração de 0,3% em 2019, apontou o BC. Para as exportações e importações, a autoridade monetária vê avanço de 1,7% e 1,6% em 2020, respectivamente, contra diminuição de 0,5% e alta de 1,9% neste ano, também respectivamente.

Em relação à melhora na estimativa para a atividade econômica deste ano, o BC ponderou que o resultado melhor que o esperado para o PIB do segundo trimestre favoreceu o carregamento estatístico para 2019, contribuindo para a revisão para cima.

"A projeção ora apresentada considera ritmo de crescimento ainda lento no terceiro trimestre, em linha com indicadores coinciden-

tes divulgados até o momento, e aceleração no quarto trimestre, para a qual deve contribuir o impulso das liberações extraordinárias de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Integração Social (Pis)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep)", assinalou o BC no relatório.

JUROS MAIS BAIXOS

No documento, o BC também repetiu mensagem de que vê espaço para continuidade no ciclo de redução da Selic, após o Comitê de Política Monetária (Copom) ter cortado a taxa de juros em 0,50 ponto percentual mais cedo neste mês, à mínima histórica de

0% ao ano.

"O Comitê avalia que a consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva deverá permitir ajuste adicional no grau de estímulo (monetário)", disse.

O BC destacou também que as diversas medidas de inflação subjacente estão em níveis considerados confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária.

Mais cedo nesta semana, o IBGE divulgou que o IPCA-15, considerado prévia da inflação oficial, acumulou em 12 meses até setembro uma alta de 3,22%. A meta oficial de inflação é de 4,25% pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.